

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE MARÇO DE 2011

(Do Sr. Deputado Arnaldo Jardim)

Requer a realização de Audiência Pública para tratar da compra do controle do Banco PanAmericano pelo Banco de investimentos BTG Pactual.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública para tratar do assunto referente à operação financeira que envolveu o saneamento e a venda do Banco PanAmericano pelo Banco de investimentos BTG Pactual

Para tanto, requeiro, a presença dos seguintes convidados:

- Exmo. Sr. Presidente do Banco Central Alexandre Tombini,
- Exma. Sra. Presidente da Caixa Econômica Federal Maria Fernanda Ramos Coelho,
- Exmo. Sr. Diretor Executivo (CEO) do Banco BTG Pactual André Esteves,
- Exmo. Sr. Sílvio Santos.

JUSTIFICATIVA

]

Na segunda-feira, 31/01, o banco PanAmericano, que pertencia ao Sr. Sílvio Santos, foi vendido ao banco de investimentos do Sr. André Esteves, BTG Pactual. Nota divulgada pelo banco Pactual informou que foi adquirida a totalidade de ações do Grupo Sílvio Santos no PanAmericano por R\$ 450 milhões. A venda do PanAmericano ocorreu depois da constatação de que fraudes no banco causaram prejuízos de cerca de R\$ 4 bilhões, e não de R\$ 2,5 bilhões, como divulgado quando a crise estourou, em novembro do ano passado.

Em outubro de 2010, o Banco Central (BC) teria detectado um rombo expressivo de R\$ 2,5 bilhões no Panamericano – o balanço não estaria refletindo as reais condições da instituição. Em 11/10/2010, o Banco Central encaminhou o empresário Sílvio Santos ao Fundo Garantidor de Crédito – FGC, a quem foi pedida assistência financeira.

A Caixa Econômica Federal – CEF, comprou, em dezembro de 2009, por R\$ 739,2 milhões, 49% do capital votante e 35% do capital total do PanAmericano. Informou a instituição que a operação foi realizada “adotando as melhores práticas de mercado”, mas se questiona porque o rombo não foi detectado nas auditorias feitas antes da compra.

Em novembro de 2010, o PanAmericano recebeu um aporte de R\$ 2,5 bilhões, com recursos obtidos junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), tendo os bens do grupo Silvio Santos como garantia. O FGC é uma entidade criada pelos bancos em 1995, com objetivo de garantir parte dos depósitos em caso de quebra de algum banco. O dinheiro que sai do fundo precisa da aprovação dos principais banqueiros do País. O FGC tem um patrimônio aproximado de R\$ 30 bilhões. O Fundo é alimentado por uma alíquota de 0,15% que os bancos recolhem sobre todos os depósitos (à vista e a prazo)..

Em janeiro, a atual administração do PanAmericano, indicada pela Caixa Econômica Federal, descobriu que o rombo era cerca de R\$ 1,5 bilhão maior, totalizando cerca de R\$ 4 bilhões. Para viabilizar a venda e a continuidade das operações do PanAmericano, o FGC fez um novo aporte, de R\$ 1,5 bilhão..

Dona de 35% do capital total do banco PanAmericano, a Caixa Econômica Federal colocou à disposição do mesmo um “cheque especial” no valor de R\$ 8 bilhões. Esse limite de crédito faz parte de um acordo fechado entre a estatal e o novo controlador do PanAmericano, o BTG Pactual e será usado sempre que houver necessidade de aumentar a liquidez da instituição. Paralelamente, o FGC vai assumir o rombo contábil do banco.

Causa estranheza o empresário Silvio Santos manter seu patrimônio e dizer que nada mais devia ao Fundo Garantidor de Crédito. Ao mesmo tempo, os donos do BTG-Pactual afirmaram que não assumiram qualquer dívida do empresário Silvio Santos ou do Panamericano.. Ao sacramentar a venda do Banco Panamericano, o Sr. Sílvio deu ao FGC a garantia de que o Pactual pagará a dívida até o ano de 2028, com juros módicos e pré-fixados. O Fundo Garantidor de Crédito abriu seus cofres e desembolsou R\$ 3,8 bilhões para salvar o Panamericano, mas o valor da dívida não é de fato esse. Se o BTG-Pactual decidir quitar o carnê antecipadamente, a dívida cai para R\$ 450

milhões, valor que emoldurou a negociação. Se for quitada no prazo combinado, em 2028, a dívida terá o valor contratado, ou seja, R\$ 3,8 bilhões.

Senhor Presidente, esta Comissão de Finanças e Tributação não pode deixar que esta negociação entre para a história como a mais obscura e ininteligível, razão pela qual, reitero a solicitação de apoio de meus nobres pares para a aprovação deste requerimento de audiência pública.

Sala das Comissões, em de março de 2011.

Deputado Arnaldo Jardim

PPS/SP